



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 851/2017–ML

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 16.192/2010 – 4 Volumes (Aposos: Processos nºs 060.005.889/2010 – 4 volumes e 060.007.012/2010 – 2 volumes)

**EMENTA:** 1. PCA. CONTRATO DE GESTÃO Nº 1/2009 – SES/DF. REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA. **EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009.** DECISÃO Nº 1.809/2016. CONVOCAÇÃO EM AUDIÊNCIA. APRESENTAÇÃO DE **RAZÕES DE JUSTIFICATIVA.** AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE RESPONSÁVEIS. FALECIMENTO.

2. CORPO TÉCNICO SUGERE A **IMPROCEDÊNCIA** DOS ARGUMENTOS ENGENDRADOS PELOS RESPONSÁVEIS QUE INTEGRARAM A **DIRETORIA** DA RSEB, BEM COMO DAQUELES APRESENTADOS PELO SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO. **PROCEDÊNCIA** DOS ARGUMENTOS DE JUSTIFICANTE QUE ATUOU COMO **SUPERINTENDENTE MÉDICO.** NÃO COMPARECIMENTO. REVELIA. FALECIMENTO DE RESPONSÁVEL. NATUREZA PERSONALÍSSIMA DE EVENTUAL **REPROVAÇÃO DAS CONTAS.** EXCLUSÃO DO RESPONSÁVEL. JULGAMENTO **REGULAR E IRREGULAR** DAS CONTAS TRATADAS NO PRESENTE FEITO. AVALIAÇÃO DO REFLEXO DAS APURAÇÕES REALIZADAS NOS PROCESSOS Nºs 4.027/2009 E 39.440/2009. CORPO TÉCNICO OPINA PELO PROSSEGUIMENTO DO FEITO EM EXAME.

3. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF, COM AJUSTE EM RELAÇÃO À EXCLUSÃO DO RESPONSÁVEL FALECIDO. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO EM RELAÇÃO AO RESPONSÁVEL. NO MÉRITO. JULGAMENTO **REGULAR** DAS CONTAS DO SUPERINTENDENTE MÉDICO. **IRREGULARIDADE** DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO DA RSEB. ART. 17, I E III, DA LC Nº 1/1994. APLICAÇÃO DOS **EFEITOS DA REVELIA.**

1. Os autos tratam da Prestação de Contas Anual – PCA dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Real Sociedade Espanhola de Beneficência – RSEB, referente ao **exercício financeiro de 2009**, no que concerne aos recursos repassados por intermédio do **Contrato de Gestão nº 01/2009 – SES/DF.**

2. O mencionado ajuste, firmado entre o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e a citada organização social, destinava-se à **operacionalização do Hospital Regional de Santa Maria – HRSM.** Os recursos para



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

cobertura das despesas decorrentes da gestão da instituição hospitalar, conforme a cláusula IX da avença, advieram da fonte do Tesouro do Distrito Federal (100) e do Programa de Trabalho 10.302.0400.2145.0006 – Execução de Contratos de Gestão de Unidades. Vale dizer que a Lei distrital nº 4.293/2008 (LOA 2009) autorizou dotação no aludido programa de trabalho no importe de **R\$ 86.000.000,00**.

3. Em 12/4/2016, na Sessão Ordinária nº 4.857, este e. **Tribunal** exarou a r. Decisão nº 1.809/2016 (fl. 379/380), nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I. tomar conhecimento da Prestação de contas anual da Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência, relativa ao exercício de 2009, referente ao **Contrato de Gestão nº 01/09**, celebrado com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para fins de gestão do Hospital Regional de Santa Maria; II. **autorizar**, com fulcro no art. 13, inciso III da Lei Complementar nº 1/94, a **audiência dos responsáveis** nominados no § 61 do Parecer nº 1.008/2015-ML, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, **apresentam razões de justificativa**, ante a **possibilidade de julgamento irregular de suas contas**, em face dos seguintes achados do Relatório de Auditoria nº 01/2011-DISED/CONAS/CONT/STC (fls. 807/839 do Processo apenso nº 060.005.889/10): 1) **subitem 2.1.1** (Descumprimento parcial das metas quantitativas nos meses de junho a outubro de 2009 – fase de implantação); 2) **subitem 2.1.2** (Descumprimento parcial das metas quantitativas nos meses de novembro a dezembro de 2009 – fase de funcionamento pleno); 3) **subitem 2.2.2** (Descumprimento das metas qualitativas previstas no contrato); 4) **subitem 6.1** (Movimentação financeira em várias contas do Banco do Nordeste e do BRB); 5) **subitem 6.3** (Pagamento antieconômico de tarifas para realização de transferências bancárias); 6) **subitem 7.2** (Ausência de demonstrativo da receita e da despesa); 7) **subitem 8.1** (Informações incompletas dos bens patrimoniais adquiridos com recursos do Contrato de Gestão 001/2009); 8) **subitem 8.3** (Ausência de autorização da SES/DF para que a organização social adquirisse bens móveis com recursos do Contrato de Gestão nº 01/2009); 9) **subitem 8.6.2** (Empilhamento de caixas de medicamentos e de produtos médico-hospitalares com armazenamento inadequado); 10) **subitem 8.6.4** (Não foi calculado consumo médio mensal de produtos médico-hospitalares); 11) **subitem 9.1** (Vínculo concomitante com a SES/DF e organização social – duplo vínculo empregatício); 12) **subitem 9.2** (Aproveitamento do potencial de sinergia – transferências efetuadas a título de rateio de pessoal e redução nos valores dos contratos); 13) **subitem 9.3** (Pagamento de auxílio moradia não previsto no manual de recursos humanos); 14) **subitem 10.1** (Ausência de certidão negativa de débitos com a Fazenda do Distrito Federal); 15) **subitem 10.2** (Ausência de documento de entrada em almoxarifado/farmácia); 16) **subitem 10.3** (Notas fiscais emitidas em nome da Real Sociedade Espanhola de Beneficência com sede em Salvador); 17) **subitem 10.4** (Reiteradas aquisições de bens e serviços por meio de dispensa de licitação); 18) **subitem 10.5.1** (Pagamento de condomínio e locação de salas); 19) **subitem 10.5.2** (Despesas indevidas com emissão de passagens aéreas e hospedagens); 20) **subitem 10.5.3** (Ressarcimento em dezembro de contribuição sindical paga em maio); 21) **subitem 10.5.4** (Transferência indevida de recursos a título de cota patronal); 22) **subitem 11.1** (Movimentação de suprimento de fundos não se realizou por meio de*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

conta bancária); 23) **subitem 11.3** (Ausência de documentação na prestação de contas de suprimento de fundos); 24) **subitem 11.4** (Concessão concomitante de mais de dois suprimentos de fundo ao mesmo agente suprido); 25) **subitem 11.5** (Utilização de recursos do suprimento de fundos para atender despesa não prevista na legislação); 26) **subitem 11.6** (Concessão de suprimento de fundos a responsável em alcance); 27) **subitem 12** (Contratação de empresa de informática para fornecimento de softwares sem previsão no Contrato de Gestão nº 01/2009); 28) **subitem 13.1** (Terceirização dos serviços de UTI sem previsão contratual); 29) **subitem 13.2** (Pendências nos serviços prestados pela Intensicare); 30) **subitem 13.3** (especialidades necessárias para a UTI não foram contempladas no processo seletivo de pessoal); 31) **subitem 13.4** (Especialidades médicas necessárias para o funcionamento da UTI que não lograram êxito na seleção pública de pessoal); III. **determinar: a)** à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que **apure o achado objeto do subitem 9.1** do Relatório de Auditoria nº 01/2011-DISED/CONAS/CONT/STC (vínculo concomitante com a SES/DF e organização social – duplo vínculo empregatício), com o fito de verificar, em cada caso, a **legalidade da acumulação dos cargos, a compatibilidade das jornadas de trabalho e a ocorrência de eventual ilícito administrativo**, informando ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, os resultados obtidos, a **serem avaliados em autos apartados**; **b)** que sejam sopesadas quando da análise e julgamento das contas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, relativas ao exercício de 2009, objeto do Processo nº 26.074/10, as questões relacionadas aos seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 01/2011- DISED/CONAS/CONT/STC (fls. 807/839 do Processo apenso nº 060.005.889/10): 1) subitem 1.1 (A contratação da Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência – OSRSEB – foi realizada em prazo exíguo); 2) subitem 1.2 (A análise dos autos pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal/PGDF ocorreu após a assinatura do contrato); 3) subitem 1.3 (Ausência de detalhamento dos itens descritos no projeto básico e no estudo de custos); 4) subitem 2.2.1 (Inadequação das metas qualitativas); 5) subitem 3.1 (Inoperância das comissões de avaliação); 6) item 4 (Não foi dada publicidade aos relatórios da comissão de avaliação); 7) subitem 5.2 (Repasse de recursos em desacordo com o previsto no contrato de gestão); 8) subitem 5.3 (Acréscimo de repasse financeiro desnecessário para o cumprimento do objeto pactuado); 9) subitem 8.2 (Bens permanentes cedidos à RSEB/HRSM sem a celebração do termo de permissão de uso); 10) subitem 8.4 (Intempestividade na incorporação de bens patrimoniais); IV. **autorizar: a)** a juntada de cópia do Relatório de Auditoria nº 01/2011-DISED/CONAS/CONT/STC (fls. 807/839 do processo nº 060.005.889/10) e da decisão a ser proferida aos autos do Processo nº 26.074/10; **b)** o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes.” (Grifos acrescidos).

4. Os responsáveis indicados no r. **Decisum** supra foram informados acerca da audiência determinada pelo e. **TCDF** por meio das Comunicações de Audiência nºs 106 e 109-120/2016 – SS, presentes às fls. 384/396.

5. Em atenção às comunicações em destaque, os Srs. Nestor Taboada Rivas (fl. 400 e anexos às fls. 401/405), Raymundo José Farias Martinez (fls. 406/409 e anexo de fl. 410), José Severino Fernandes Alvarez (fls. 411/415 e anexos às fls. 416/445), Perfecto Bouza Quinteiro (fls. 446/456 e anexos às fls. 457/548), Humberto Cal de Almeida (fls. 549/554 e anexos às fls. 555/611), Ângelo Augusto Philocreon de Castro Lima (fls. 612/614 e anexos de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

fls. 615/617), Demétrio Moreira Garcia (fls. 618/620 e anexo de fls. 621/623), José Cernadas Miguez (fls. 626/633 e anexos de fls. 634/635) e Gonzala Francisco Matrinez Jorin (fls. 659/662 e anexo de fls. 663/665) apresentaram **razões de justificativa**, conforme síntese contida no **parágrafo 7** da Informação nº 97/2017 – SECONT/2ª DICONT, fls. 714/730.

6. Ademais, ressaltou que, malgrado este e. **TCDF** não tenha logrado êxito em proceder ao chamamento do Sr. José Cernadas Miguez, o responsável acostou suas razões de justificativa às fls. 626/633. Desse modo, o Corpo Instrutivo entendeu pertinente reputar superada a fase de comunicação do referido justificante.

7. Afora a especificação dos documentos que albergam os esclarecimentos ofertados pelos responsáveis, a Unidade Técnica sublinhou o **falecimento** do Sr. Basílio Nóvoa Lopez em 2011, conforme informação apresentada no expediente emanado do Serviço de Expedição de Mandados desta e. **Corte de Contas**, fl. 398. Nessa esteira, a par do **caráter personalíssimo** das consequências advindas de eventual julgamento irregular das contas, o Corpo Instrutivo sugeriu **a exclusão do Sr. Basílio Nóvoa Lopez do rol de responsáveis**.

8. Outrossim, o Corpo Instrutivo noticiou que os Srs. Manuel Antas Fraga, Tomás Edson Uchoa Ária e André Faro Carballo, convocados por meio da Comunicação de Audiência nº 106, 115 e 117/2016 – SS, fls. 384, 391 e 393, deixaram transcorrer, **in albis**, o prazo estabelecido no r. **Decisum** para apresentação de razões de justificativa. Desta feita, o Corpo Instrutivo sugeriu que o e. **TCDF** considere **revéis** os indigitados agentes, a teor do art. 13, § 3º, da LC nº 1/1994.

9. A par dos esclarecimentos ofertados, a Unidade Técnica, por intermédio da Informação nº 97/2017 – SECONT, fls. 714/730, procedeu ao exame do mérito das contas dos justificantes. A propósito, vale transcrever a conclusão alcançada pelo Corpo Instrutivo no aludido documento técnico:

*“78. Em conclusão, conforme exposto nos parágrafos 37/39 desta Instrução, são **procedentes as justificativas** apresentadas pelo Sr. **Ângelo Augusto Philocreon de Castro Lima**, devendo suas contas serem **julgadas regulares**, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/1994.*

*79. Contudo, **não devem prosperar os argumentos** colacionados pelos Srs. Nestor Taboada Rivas, Raymundo José Farias Martinez, José Severino Fernandez Alvarez, Humberto Cal Almeida, Demétrio Moreira Garcia, José Cernadas Miguez, Gonzalo Francisco Martinez Jorin e Perfecto Bouza Quinteiro, conforme análises efetuadas nos parágrafos 12/34 e 41/59 deste expediente, devendo, portanto, **terem suas contas julgadas irregulares**, nos termos do art. 17, III, ‘b’, da LC nº 1/1994, tendo em vista não terem justificado as impropriedades elencadas na Decisão nº 1.809/2016 (cópia de fls. 379/380).*

*80. Quanto aos Srs. Manuel Antas Fraga, Tomás Edson Ucha Ária e André Luís Faro Carballo, em face de **não terem apresentado suas razões de justificativa** no prazo estabelecido, devem ser **considerados revéis**, nos termos do art. 13, § 3º, da LC nº 1/1994, e, da mesma forma, devem ter suas contas julgadas **irregulares**, tendo em vista as impropriedades citadas na Decisão nº 1.809/2016 (cópia de fls. 379/380).”* (Grifos no original e acrescidos).





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

10.  
que:

Ao final, a 2ª Divisão de Contas sugeriu ao e. **Plenário** desta c. **Corte de Contas**

*“I. tome conhecimento das razões de justificativa acostadas pelos Srs. Demétrio Moreira Garcia (fls. 618/620 e anexo às fls. 621/623), Humberto Cal Almeida (fls. 549/554 e anexos às fls. 555/611), Gonzalo Francisco Martinez Jorin (fls. 659/662 e anexos de fls. 663/665), José Severino Fernandez Alvarez (fls. 411/415 e anexos às fls. 416/445), Perfecto Bouza Quinteiro (fls. 446/456 e anexos às fls. 457/548), Raymundo José Farias Martinez (fls. 406/409 e anexo de fl. 410), José Cernadas Miguez (fls. 626/633 e anexo às fls. 634/635), Nestor Taboada Rivas (fl. 400 e anexos de fls. 401/405) e Ângelo Augusto Philocreon de Castro Lima (fls. 612/614 e anexos às fls. 615/617);*  
*II. em face do falecimento do Sr. Basílio Nôvoa Lopez e tendo em vista o caráter personalíssimo da apenação em caso de irregularidade das contas sem prejuízo ao erário, exclua-o do rol de responsáveis e, caso se evidencie, no deslinde do presente Processo, prejuízo ao erário, dispense a citação dos herdeiros, por ausência de pressuposto de desenvolvimento regular do processo;*

*I. considere:*

- a) procedentes as justificativas apresentadas pelo Sr. Ângelo Augusto Philocreon de Castro Lima;*
- b) improcedentes as justificativas apresentadas pelos Srs. Nestor Taboada Rivas, Raymundo José Farias Martinez, José Severino Fernandez Alvarez, Humberto Cal Almeida, Demétrio Moreira Garcia, José Cernadas Miguez, Gonzalo Francisco Martinez Jorin e Perfecto Bouza Quinteiro;*
- c) revéis os Srs. Manuel Antas Fraga, Tomás Edson Ucha Ária e André Luís Faro Carballo, em face não terem apresentado suas razões de justificativa no prazo estabelecido, nos termos do art. 13, § 3º, da LC nº 1/1994;*

*II. julgue:*

- a) irregulares, com fulcro no artigo 17, III, 'b', da Lei Complementar nº 01/1994, as contas dos Srs. Nestor Taboada Rivas, Raymundo José Farias Martinez, José Severino Fernandez Alvarez, Humberto Cal Almeida, Demétrio Moreira Garcia, José Cernadas Miguez, Gonzalo Francisco Martinez Jorin, Perfecto Bouza Quinteiro, Manuel Antas Fraga, Tomás Edson Ucha Ária e André Luís Faro Carballo, referente ao exercício financeiro de 2009, em face das irregularidades apontadas nos subitens 2.1.1 (Descumprimento parcial das metas quantitativas nos meses de junho a outubro de 2009 – fase de implantação); 2.1.2 (Descumprimento parcial das metas quantitativas nos meses de novembro a dezembro de 2009 – fase de funcionamento pleno); 2.2.2 (Descumprimento das metas qualitativas previstas no contrato); 6.1 (Movimentação financeira em várias contas do Banco do Nordeste e do BRB); 6.3 (Pagamento antieconômico de tarifas para realização de transferências bancárias); 7.2 (Ausência de demonstrativo da receita e da despesa); 8.1 (Informações incompletas dos bens patrimoniais adquiridos com recursos do Contrato de Gestão 001/2009); 8.3 (Ausência de autorização da SES/DF para que a organização social adquirisse bens móveis com recursos do Contrato de Gestão nº 01/2009); 8.6.2 (Empilhamento de caixas de medicamentos e de produtos médico-hospitalares com armazenamento inadequado); 8.6.4 (Não foi calculado consumo médio mensal de produtos médico-hospitalares); 9.1 (Vínculo concomitante com a SES/DF e organização social – duplo vínculo empregatício); 9.2 (Aproveitamento do potencial de sinergia – transferências efetuadas*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

a título de rateio de pessoal e redução nos valores dos contratos); **9.3** (Pagamento de auxílio moradia não previsto no manual de recursos humanos); **10.1** (Ausência de certidão negativa de débitos com a Fazenda do Distrito Federal); **10.2** (Ausência de documento de entrada em almoxarifado/farmácia); **10.3** (Notas fiscais emitidas em nome da Real Sociedade Espanhola de Beneficência com sede em Salvador); **10.4** (Reiteradas aquisições de bens e serviços por meio de dispensa de licitação); **10.5.1** (Pagamento de condomínio e locação de salas); **10.5.2** (Despesas indevidas com emissão de passagens aéreas e hospedagens); **10.5.3** (Ressarcimento em dezembro de contribuição sindical paga em maio); **10.5.4** (Transferência indevida de recursos a título de cota patronal); **11.1** (Movimentação de suprimento de fundos não se realizou por meio de conta bancária); **11.3** (Ausência de documentação na prestação de contas de suprimento de fundos); **11.4** (Concessão concomitante de mais de dois suprimentos de fundo ao mesmo agente suprido); **11.5** (Utilização de recursos do suprimento de fundos para atender despesa não prevista na legislação); **11.6** (Concessão de suprimento de fundos a responsável em alcance); **12** (Contratação de empresa de informática para fornecimento de softwares sem previsão no Contrato de Gestão nº 01/2009); **13.1** (Terceirização dos serviços de UTI sem previsão contratual); **13.2** (Pendências nos serviços prestados pela Intensicare); **13.3** (especialidades necessárias para a UTI não foram contempladas no processo seletivo de pessoal); e **13.4** (Especialidades médicas necessárias para o funcionamento da UTI que não lograram êxito na seleção pública de pessoal), todos do Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DISED/CONAS/CONT/STC;

b) **regulares**, com fulcro no artigo 17, I, da Lei Complementar nº 01/1994, as contas do Sr. Ângelo Augusto Philocreon de Castro Lima, tendo em vista **não ter atuado na gestão** do Hospital Regional de Santa Maria;

III. **delibere sobre a aplicação da penalidade prevista no art. 57, I, da Lei Complementar nº 01/1994, aos responsáveis nominados no item II.a retro, notificando-os para o recolhimento do valor da sanção** aos cofres públicos do DF, autorizando, desde já, a adoção das providências previstas no art. 29 da LC nº 1/1994, caso não atendida a referida notificação;

IV. **considere quite** com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998 e com o disposto no artigo 24 da Lei Complementar nº 01/1994, o responsável indicado no item II.b, supra;

V. **autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.**” (Grifos acrescidos).

11. Feito o relato, este **Parquet** especializado passa à análise do feito.
12. Neste momento processual, cuida-se do exame das razões de justificativa apresentadas em cumprimento às determinações contidas no **item II** da r. Decisão nº 1.809/2016, fls. 379/380. Ademais, cumpre aferir as consequências advindas do **não comparecimento** dos Srs. Basílio Nóvoa Lopez, Manuel Antas Fraga, Tomás Edson Uchoa Ária e André Luís Faro Carballo.
13. No tocante ao Sr. Basílio Nóvoa Lopez, conforme reportou o Corpo Técnico, o documento à fl. 398 reporta o **falecimento** do responsável em 2011. Com efeito, óbito do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

responsável ocorreu antes da expedição da Comunicação de Audiência nº 118/2016 – SS, fls. 397.

14. Nesse particular, o **MPC/DF** diverge do Corpo Técnico no tocante à exclusão **de cujus** do rol de responsáveis.

15. **In casu**, não é despidendo ressaltar que a **lista dos responsáveis por bens, dinheiros e valores público representa**, nos termos do art. 2º da Resolução nº 164/2004<sup>1</sup>, vigente à época composição do presente feito, **documento indispensável** na composição dos processos de contas anuais de **entidades administradas sob regime do contrato de gestão firmado com o Governo do Distrito Federal**.

16. Nessa esteira, fatos supervenientes à organização das contas, como exemplo o falecimento de responsável, não possuem o condão de modificar o contexto fático retratado na presente PCA. É dizer, as informações que integram o feito em exame apresentam, por meio da documentação exigida pelas normas regimentais aplicáveis à espécie, o panorama da gestão submetida ao descortino do e. **TCDF**. O aludido cenário resta sedimentado com a concretização dos atos de gestão perpetrados no exercício e, principalmente, com o encerramento do exercício em exame. O aludido cenário, no sentir deste **MPC/DF**, dada a natureza do feito em exame, é imutável.

17. Não obstante, forçoso destacar que o falecimento do Sr. Basílio Nóvoa Lopez ocorreu antes da prolação da r. Decisão nº 1.809/2016, fl. 379/380, e, por conseguinte, da expedição da Comunicação de Audiência nº 106 – SS, fl. 384, conforme demonstra o documento à fl. 399.

18. Desta feita, verifica-se, **in casu**, **ausência de pressuposto necessário ao desenvolvimento válido e regular do processo**, o que deve ensejar a **extinção do feito, sem resolução de mérito em relação ao responsável em destaque**, a teor do art. 485, IV, CPC de 2015, aplicável aos fatos, em consonância com a **teoria do isolamento dos atos processuais**.

19. Quanto aos esclarecimentos ofertados, a fim de dirimir qualquer dúvida quanto às irregularidades verificadas nos autos, não é despidendo perpassar cada uma das razões apresentadas pelos justificantes, seguidas da correspondente análise deste **Parquet** especializado:

***“Argumentos do Sr. Nestor Taboada Rivas – Superintendente Executivo – período: 01.01.09 a 31.12.09, fl. 400 e anexos de fls. 401/405.***

<sup>1</sup> “Art. 2º Ocorrendo a celebração de contrato de gestão entre a Administração Pública Distrital e instituições não alcançadas pelas disposições dos arts. 146 a 149 do RI/TCDF, a prestação de contas da contratada deverá conter as seguintes peças, além daquelas previstas nos incisos I e II do artigo anterior:

I – rol de responsáveis composto por:

a) dirigente máximo;

b) membros da diretoria; e

c) membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

11. O responsável informou que, na qualidade de Superintendente, **atuou apenas na condição de empregado e não participava de quaisquer atos decisórios de gestão da diretoria**, operando na execução diária dos procedimentos internos administrativos (fl. 400).

**Análise**

12. Consta dos autos cópia de parte do **Manual de Recursos Humanos** (fls. 693/711), editado pela RSEB para gestão do Hospital Regional de Santa Maria - HRSM. Conforme arts. 1º, 2º e 4º do citado manual, são **competências do Superintendente Executivo**:

Art. 1º. A Superintendência Executiva é a responsável pela orientação, coordenação e direção de todas as atividades médicas, técnicas, **administrativas e financeiras** do Hospital Regional de Santa Maria, no sentido de lograr os objetivos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo e Diretoria da RSEB, **bem como do Contrato de Gestão nº 001/2009-SES-DF** para a gestão do Hospital Regional de Santa Maria.

Art. 2º. A Superintendência Executiva atua de acordo com as políticas determinadas pelo Conselho Deliberativo, **a legislação vigente, o Contrato de Gestão e os padrões profissionais.**

Art. 4º. Compete à Superintendência Executiva do HRSM:

I. Orientar a plena execução do Contrato de Gestão nº 001/2009-SES/DF;

II. Coordenar o desenvolvimento dos planos traçados pelo Conselho de Gestão para as atividades médicas, técnicas, administrativas e financeiras do HRSM;

(...)

V. Coordenar a elaboração do orçamento anual de despesas e receitas, e investimentos no HRSM, e apresentar ao Conselho de Gestão para aprovação, bem como controlar a execução do orçamento aprovado;

VIII. Firmar contratos e convênios com prestadores de serviços como terceiros';  
(...)(grifamos)

13. Dessa forma, eram da **atribuição do responsável a coordenação e a direção das atividades administrativas, técnicas e financeiras do HRSM**, bem como a observância os termos do Contrato de Gestão e da legislação vigente.

14. Portanto, **não procedem as justificativas apresentadas pelo Sr. Nestor Taboada Rivas**, no intuito de afastar suas responsabilidades como gestor do HRSM e na execução do Contrato de Gestão em comento.

**Argumentos do Sr. Raymundo José Farias Martinez – 2º Tesoureiro – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 406/409 e anexo de fl. 410.**

15. Alegou que foi convidado para compor a Diretoria da RSEB, no cargo de **2º Tesoureiro, para cobrir a lacuna deixada pela saída de seu antecessor**. Assim, assumiu o cargo em 23.11.09, conforme cópia da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da RSEB à fl. 410 (fl. 408).

16. Acrescentou que, durante o período em que esteve à frente do cargo, o fez em caráter voluntário e desprovido de remuneração, não auferindo nenhuma espécie de vantagem econômica ou patrimonial (fl. 408).

17. Afirmou que **nunca teve nenhuma participação no Contrato de Gestão em questão**, e que, na qualidade de 2º Tesoureiro, sua participação era **adstrita à eventual substituição do 1º Tesoureiro**, o qual não lhe permitiu realizar qualquer espécie de gerenciamento sobre recursos provenientes da Secretaria de Estado de Saúde (fl. 409).

**Análise**

18. Em que pese o curto período em que esteve à frente do cargo de 2º Tesoureiro (39 dias), **foram constatadas irregularidades no período em questão** e, ainda que o cargo ocupado possuisse caráter supletivo, o responsável fez parte da **Diretoria da entidade**,





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*detendo, dessa forma, responsabilidade nos atos desse corpo diretivo, conforme se verifica do art. 48 do Estatuto da RSEB de 2008 (fl. 434).*

*19. Segundo o art. 49 do Estatuto da RSEB de 2008 (fl. 434), todas as reuniões da Diretoria seriam lavradas em atas, onde deveriam constar as deliberações tomadas. Não foi acostado nenhum documento que demonstrasse a **expressa discordância do responsável nos atos cometidos pela Diretoria da qual participou, em suas reuniões.***

*20. Pelo exposto, não devem prosperar as justificativas apresentadas.*

*Argumentos do Sr. José Severino Fernandez Alvarez – 2º Secretário – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 411/415 e anexos de fls. 416/445.*

*21. Alegou que, no período em que esteve ocupando o cargo, não praticou atos de administração no Contrato de Gestão em questão (fl. 412).*

*22. Citou as atribuições supletivas do 2º Secretário, conforme Estatuto da RSEB, e acrescentou que, devido a uma situação política que se sucedia na Diretoria da entidade, ficou isolado e sem participação ativa no colegiado ao qual pertencia (fl. 412).*

*Argumentos do Sr. José Severino Fernandez Alvarez – 2º Secretário – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 411/415 e anexos de fls. 416/445.*

*23. Aludiu que **não possuía bom relacionamento com o então Presidente da entidade por discordar de sua gestão** e que era **voto vencido nas decisões do colegiado**, sendo que renunciou ao cargo em abril de 2010 (fl. 413).*

*24. Informou que, conforme jurisprudência do TRT, gestores sem poder de gestão não devem ser responsabilizados por débitos da instituição (fl. 414).*

**Análise**

*25. Em que pese o caráter supletivo do cargo que ocupou, o responsável fez parte da Diretoria da entidade, detendo, dessa forma, responsabilidade nos atos desse corpo diretivo, conforme se verifica do art. 48 do Estatuto da RSEB de 2008 (fl. 434).*

*26. Segundo o art. 49 do Estatuto da RSEB de 2008 (fl. 434), todas as reuniões da Diretoria seriam lavradas em atas, onde deveriam constar todas as deliberações tomadas. Não foi acostado **nenhum documento que demonstrasse a expressa discordância do responsável nos atos cometidos pela Diretoria a qual participou**, principalmente nas impropriedades apontadas neste Processo. Apenas acostou-se um documento (fls. 442/443), de 03.11.09, no qual salientou sua insatisfação geral com o modelo de gestão adotado à época pela Diretoria da RSEB.*

*27. Pelo exposto, não devem prosperar as justificativas apresentadas.*

*Argumentos do Sr. Humberto Cal Almeida – 2º Vice-Presidente – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 549/554 e anexos de fls. 555/611.*

*28. Alegou que, no período em que esteve ocupando o cargo, não praticou atos de administração no Contrato de Gestão em questão (fl. 550).*

*29. Citou as atribuições supletivas do 2º Vice-Presidente, conforme Estatuto da RSEB, e acrescentou que, devido a uma situação política que se sucedia na Diretoria da entidade, ficou isolado e sem participação ativa no colegiado o qual pertencia (fl. 551).*

*30. Aludiu que **não possuía bom relacionamento com o então Presidente e com o 1º Vice-Presidente da entidade por discordar de sua gestão** e que era **voto vencido** nas decisões do colegiado, no qual **sofreu um processo de isolamento**. Acostou documentos às fls. 608/611 no intuito de demonstrar seu desafeto com o Presidente (fls. 551/552).*

*31. Informou que, conforme jurisprudência do TRT, gestores sem poder de gestão não devem ser responsabilizados por débitos da instituição (fl. 553/554).*

**Análise**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

32. Em que pese o caráter supletivo do cargo que ocupou, o responsável fez parte da Diretoria da entidade, detendo, dessa forma, responsabilidade nos atos desse corpo diretivo, conforme se verifica do art. 48 do Estatuto da RSEB de 2008 (fl. 434).

33. Segundo o **art. 49 do Estatuto da RSEB de 2008** (fl. 434), todas as reuniões da Diretoria deveriam ser lavradas em atas, de forma a constar todas as deliberações tomadas. Não foi acostado nenhum documento que demonstrasse a expressa discordância do responsável nos atos cometidos pela Diretoria da qual participou, principalmente nas impropriedades apontadas neste Processo. Apenas apresentou-se um documento (fls. 610/611), de 03.11.09, no qual salientou sua insatisfação geral com o modelo de gestão adotado à época pela Diretoria da RSEB.

34. Pelo exposto, não devem prosperar as justificativas apresentadas.

**Argumentos do Sr. Ângelo Augusto Philocreon de Castro Lima – Superintendente Executivo – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 612/614 e anexos de fls. 615/617.**

35. Informou que exerceu o cargo de Superintendente Médico do Hospital Espanhol no período de dezembro de 2009 a fevereiro de 2011, atuando exclusivamente no hospital de Salvador – BA (fl. 612).

36. Alegou que não participou direta ou indiretamente na execução do Contrato de Gestão em tela (fl. 613).

**Análise**

37. Assiste razão ao justificante, pois conforme declaração acostada à fl. 617, o responsável teve atuação adstrita à área médica e ao Hospital Espanhol, em Salvador/BA.

38. Conforme o art. 48 do Estatuto da RSEB de 2008, são membros da Diretoria: Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, Diretores e Vice-Diretores de Patrimônio e de Beneficência.

39. Portanto, são procedentes as justificativas apresentadas pelo Sr. Ângelo Augusto Philocreon de Castro Lima.

**Argumentos do Sr. Demétrio Moreira García – 1º Vice-Presidente – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 618/620 e anexo de fls. 621/622.**

40. Alegou que, no ano de 2009, não era o presidente da instituição e só veio a tomar posse no dia 26.04.11, conforme noticiado no Processo nº 14.437/2011, não podendo responder por atos em períodos anteriores à sua gestão e que não assinou quaisquer documentos ou contratos (fl. 619).

**Análise**

41. Não prosperam os argumentos apresentados. Conforme já evidenciado nesta Informação, o 1º Vice-Presidente fazia parte da Diretoria da entidade e, dessa forma, participou das deliberações do colegiado.

42. O justificante não apresentou nenhuma prova do alegado. Apenas citou o Processo nº 14.437/2011, que versa sobre a prestação de contas da **RSEB no exercício de 2010.**

**Argumentos do Sr. José Cernadas Miguez – Vice-Diretor de Patrimônio – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 626/633 e anexo de fls. 634/635.**

43. Destacou as atribuições do **Vice-Diretor de Patrimônio** descritas no Estatuto da RSEB, apontando o caráter supletivo do cargo (fls. 629/631).

44. Informou que jamais recebeu qualquer remuneração ou benefício econômico pelo cargo ocupado e que não possuía ingerência nas decisões sobre o Contrato de Gestão em questão, nem mesmo qualquer gestão de forma direta ou indireta no Hospital de Santa Maria (fls. 631/632).

**Análise**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

45. Não prosperam os argumentos apresentados. Conforme já evidenciado nesta Informação, o **Vice-Diretor de Patrimônio** fazia parte da Diretoria da entidade e, dessa forma, participou das deliberações do colegiado.

**Argumentos do Sr. Gonzalo Francisco Martinez Jorin – 1º Secretário – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 659/662 e anexos de fls. 663/665.**

46. Informou que foi **Secretário da Diretoria** até o mês de maio de 2009, relatando o caráter burocrático de suas atribuições e trouxe aos autos cópias do Estatuto da RSEB (fls. 660/661).

47. Alegou que, em momento algum, se envolveu nas decisões administrativas e/ou financeiras do Hospital Espanhol, muito menos dos Contratos de Gestão firmados (fl. 661).

48. Destacou que nunca recebeu remuneração pelos serviços prestados e, por fim, relatou que desconhece os fatos a ele imputados (fls. 661/662).

**Análise**

49. Não prosperam os argumentos apresentados. Conforme já evidenciado nesta Informação, o **1º Secretário** fazia parte da Diretoria da entidade e, dessa forma, participou das deliberações do colegiado.

50. O próprio justificante, ao relatar suas atribuições, informou que assinava documentos, juntamente com outros membros da diretoria. Portanto, tinha responsabilidade pelos atos praticados.

**Argumentos do Sr. Perfecto Bouza Quinteiro – 1º Tesoureiro – período: 01.01.09 a 31.12.09, fls. 446/456 e anexos de fls. 457/548.**

51. Seguindo a mesma linha de argumentação de outros responsáveis, **informou que não praticou nenhum ato de gestão no contrato firmado entre a RSEB e o GDF**, pois, também por discordar da administração do então presidente da instituição, acabou por ficar isolado na diretoria (fl. 447).

52. Manifestou que esteve no Distrito Federal apenas em 3 ocasiões para: conhecer o Hospital de Santa Maria; assinar o Contrato de Gestão, situação imposta pelo Presidente; e inaugurar o referido Hospital (fl. 447).

53. Trouxe aos argumentos citações do Estatuto da RSEB, no intuito de demonstrar suas atribuições como **1º Tesoureiro** (fls. 448/449).

54. Alegou que quem assinava os documentos, em face da discordância que possuía com o então presidente, era o 2º Tesoureiro, e que **era voto vencido nas reuniões** da diretoria (fl. 450).

55. Acostou anexos de fls. 457/548, que tratam de estatutos da RSEB (fls. 457/509) e outros anexos (fls. 510/547) para demonstrar sua divergência com o então Presidente e seu isolamento na Diretoria.

56. Quanto às questões objeto desta TCA, informou que:

**I. Subitens 2.1.1, 2.1.2 e 2.2.2** – o assunto tratado (metas) não era de sua responsabilidade (fl. 453);

**II. Subitem 6.1** – alegou que, conforme informou, quem assinou os documentos referente às movimentações financeiras foi o 2º Tesoureiro, conforme cópias às fls. 528/537 (fl. 453/454);

**III. Subitens 6.3, 7.2, 8.1 e 8.3** – consignou que não praticava tais atos (fl. 454);

**IV. Subitem 10.5.4** – informou que, como havia sido isolado de suas atribuições, não tomou conhecimento do ocorrido (fl. 454);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

V. **Subitem 9.1 e 9.2** – aludiu que não faziam parte de suas atribuições questões sobre recursos humanos e que, como se encontrava isolado pelo colegiado diretivo, foi substituído pelo 2º Tesoureiro, conforme formulário à fl. 548 (fls. 454/455);

VI. **Subitem 10.2** – alegou que a RSEB sempre possuiu parcelamentos fiscais, mas, como não participou dos atos referentes ao Contrato de Gestão, não sabe informar (fl. 455);

VII. **Subitem 10.4** – manifestou-se no sentido de que não praticou atos de gestão, pois não eram de sua competência, ainda, que, em virtude de seu isolamento na diretoria, se recusou a assinar atos que entendia serem prejudiciais à entidade, conforme cópias às fls. 564/547 (fl. 455);

VIII. **Subitens 10.5.1, 10.5.2, 11.1, 11.3, 11.4, 11.5, 12 e 13.3** – afirmou que não praticava tais atos (fl. 455);

**Análise**

57. Os argumentos apresentados pelo manifestante **não devem prosperar**. Conforme evidenciado no Estatuto da RSEB, o 1º Tesoureiro fazia parte do corpo diretivo da instituição e, portanto, participava das decisões.

58. O justificante **não apresentou nenhum documento que demonstrasse sua expressa discordância nas decisões da entidade no que se refere ao HRSM**.

59. Segundo o art. 49 do Estatuto da RSEB de 2008, todas as reuniões da Diretoria deveriam ser lavradas em atas, de forma a constar todas as deliberações tomadas. Não foi acostado nenhum documento que demonstrasse a expressa discordância do responsável nos atos cometidos pela Diretoria da qual participou, principalmente nas impropriedades apontadas neste Processo.” (Grifos no original e acrescidos)

20. Conforme arrazou o Corpo Instrutivo, as competências elencadas no art. 4º do Manual de Recursos Humanos (fls. 693/711), editado pela RSEB para gestão do Hospital Regional de Santa Maria – HRSM, evidenciam a responsabilidade do justificante pelos fatos inquinados.

21. Além disso, conforme exposto no Parecer nº 1.008/2015-ML, fls. 334/351, importa rememorar que, consoante a exegese do art. 2º, I, **a, b e c**, da Resolução nº 164/2004, os **dirigentes de entidade** signatária de contrato de gestão com a Administração Pública distrital são os responsáveis pela aplicação dos recursos derivados do ajuste. Na esteira do dispositivo em comento, os agentes são sujeitos à **fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** exercida por esta c. **Corte de Contas** com espeque no art. 70 e 71 da Constituição Federal.

22. Nessa toada, não podemos olvidar que as irregularidades indicadas no **item II** da r. Decisão nº 1.809/2016 (fl. 379/380) são atinentes à execução do Controle de Gestão nº 001/2009-SES/DF. Com efeito, não **merece prosperar** o intento de elidir o reflexo das **falhas graves** em destaque nas contas do agente designado para realizar a coordenação e a direção das atividades administrativas, técnicas e financeiras do HRSM, **in casu**, o então Superintendente Executivo da RSEB.

23. Destarte, em harmonia com o Corpo Instrutivo, considerando o mister desempenhado pelo então **Superintendente Executivo da RSEB**, jungido à condição de





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

responsável por bens, dinheiros e valores públicos em razão da firtatura do Contrato de Gestão nº 001/2009-SES-DF, o e. **TCDF** deve considerar **improcedentes** os argumentos engendrados pelo Sr. **Nestor Taboada Ribas**.

24. No tocante aos membros da **Diretoria da entidade**, impende salientar que a convocação em audiência dos membros do colegiado possui fundamento no liame existente entre as falhas identificadas no relatório de auditoria do Controle Interno e a incumbência estabelecida no **art. 48 do Estatuto da RSEB**, fl. 416/441, conforme exaustivamente mencionado pelo Corpo Instrutivo.

25. A propósito, oportuno destacar que, a teor do dispositivo mencionado, Diretoria, constituída pelo Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, Diretor e Vice-Diretor de Patrimônio e Diretor e Vice-Diretor de Beneficência, exercia a **administração da Associação**. Desse modo, a possível responsabilização dos membros do colegiado deve ocorrer, aos olhos do **MPC/DF**, ante o descumprimento, comissivo ou omissivo, das responsabilidades de administrar a entidade, de modo a satisfazer o intento do Contrato de Gestão nº 001/2009, o que notadamente não ocorreu na espécie.

26. Espera-se **um dever de diligência extraordinário dos integrantes da Diretoria da RSEB**, aos quais, como dito alhures, atuaram como **responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos**, o que evoca a observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da CF/1988, bem como do postulado da **supremacia e indisponibilidade do interesse público**. O esmero mencionado pelo **Parquet** especializado poderia obstar a configuração de atos irregulares ou ilegítimos capazes de redundar em prejuízo à execução da avença firmada com o Poder Público, como aqueles indicados na r. Decisão nº 1.809, fls. 379/380, mormente em razão da importância atribuída aos membros da Diretoria para a realização das funções administrativas da RSEB.

27. Ademais, no que tange à imputação de responsabilidade pelas falhas verificadas, vale mencionar que, no entendimento desta **Quarta Procuradoria**, não é o **curto período** de gestão que deve conduzir ao julgamento regular das contas dos justificantes. O que deverá ser avaliado é **se houve algum ato comissivo ou mesmo omissivo capaz de macular a gestão**, ainda que praticado em um espaço curto de tempo.

28. Mesmo em face do pouco tempo de atuação nos cargos de Gestão, deve-se analisar o período de ocorrência das impropriedades identificadas no exercício em exame, de modo a formar convicção acerca do **julgamento irregular** das contas dos responsáveis, levando em conta a ação ou omissão dos agentes, o fato irregular verificado e o nexo de causalidade entre esses dois elementos.

29. Partindo das premissas invocadas, conforme frisou o Corpo Instrutivo, foram constatadas irregularidades no período de gestão dos responsáveis, o que é suficiente para evocar o julgamento irregular das contas, nos termos do art. 17, III, da LC nº 1/1994.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

30. Ademais, cabe ressaltar que, segundo a jurisprudência emanada do e. TCU, os membros de órgão colegiado **não podem ser responsabilizados por atos isolados de gestão, para os quais não foram consultados acerca da legalidade e legitimidade.**

31. **Contrario sensu, atos apreciados e submetidos à deliberação registrada em ata podem sopesar no julgamento das contas dos integrantes do órgão de deliberação colegiada.** Sendo assim, para responsabilização administrativa, faz-se mister perquirir a atuação dos membros nos atos inquinados no exercício. A propósito, o MPC/DF destaca o entendimento consignado no v. Acórdão n.º 0332-08/03-2, **Segunda Câmara**, Rel. Min. **Adylson Motta**, DOU de 25/3/2003, e no v. Acórdão n.º 0018-01/05-p, **Plenário**, Rel. Min. **Guilherme Palmeira**, DOU de 26/1/2005.

32. Desse modo, apenas o registro formal de **posição individual divergente devidamente consignada em ata poderia elidir a responsabilidade dos agentes pelos atos inquinados, o que não ocorreu nos presentes autos.**

33. Além disso, cumpre registrar que o art. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil – aplicável subsidiariamente ao processo administrativo brasileiro –, impõe o ônus da prova ao autor, quanto a fato constitutivo de seu direito, e **ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.** Entende-se, portanto, que o respeito ao princípio da verdade material deve ser equilibrado com relação ao ônus da parte de comprovar tais fatos por ela alegados.

34. Dessarte, **cabe ao administrado, em cumprimento ao seu ônus relativo ao direito em questão, comprovar que agiu ao abrigo da legislação.** Não obstante, compulsando-se os autos, verifico que **não foi o que se aferiu no presente caso**, razão pela qual **coaduno** com o entendimento exarado pela Área Técnica no tocante à improcedência dos argumentos apresentados.

35. Sendo assim, conforme sopesou o Corpo Técnico, não devem prosperar os argumentos apresentados pelos **Srs. Raymundo José Farias Martinez, José Severino Fernandes Alvarez, Humberto Cal Almeida, Demétrio Moreira García, José Cernadas Miguez, Gonzalo Francisco Martinez Jorin e Perfecto Bouza Quinteiro.**

36. Desse modo, o e. TCDF pode julgar **irregulares** as contas dos Srs. Nestor Taboada Rivas, Raymundo José Farias Martinez, José Severino Fernandez Alvarez, Humberto Cal Almeida, Demétrio Moreira Garcia, José Cernadas Miguez, Gonzalo Francisco Martinez Jorin e Perfecto Bouza Quinteiro, nos termos do art. 17, III, **b**, da LC nº 1/1994.

37. Por outro lado, no tocante às justificativas trazidas à baila pelo Sr. Ângelo Augusto Philocreon, conforme arrazou o Corpo Instrutivo, forçoso reconhecer que o responsável **não integrava a Diretoria da RSEB**, consoante a dicção do art. 48 do Estatuto da associação. Desse modo, a atuação do agente não se coaduna com a exegese do art. 2º, I, **a, b e c**, da Resolução nº 164/2004, segundo a qual os **dirigentes de entidade** signatária de contrato



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

de gestão com a Administração Pública distrital são os responsáveis pela aplicação dos recursos derivados do ajuste.

38. Nessa esteira, a atuação do responsável não evoca a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial exercida por esta c. **Corte de Contas** com espeque no art. 70 e 71 da Constituição Federal. Portanto, considerando o desiderato da apuração realizada no feito em exame, o e. **TCDF** deve considerar **procedentes os argumentos** colacionados pelo Sr. Ângelo Augusto Philocreon.

39. Nessa esteira, o **MPC/DF**, em **harmonia** com o Corpo Instrutivo, sugere, com fulcro no art. 17, I, da LC nº 1/1994, o julgamento **regular** das contas do Sr. Ângelo Augusto Philocreon de Castro Lima.

40. Em relação ao não comparecimento dos Srs. Manuel Antas Fraga, Tomás Edson Uchoa Ária e André Faro Carballo, este **MPC/DF** coaduna com o entendimento apresentado na Informação nº 97/2017 – SECONT/2ª DICONT, fls. 714/730.

41. Este **MPC/DF** ressalva que, **como regra**, os efeitos da **revelia** não devem ser aplicados de plano, haja vista que vigora o **princípio da verdade material (ou real)** no processo administrativo, em detrimento do princípio da verdade formal que rege o processo civil.

42. O princípio da verdade formal dá ressonância ao brocardo **quod non est in actis non est in mundo** (o que não está nos autos, não está no mundo jurídico), posto que, sob esta ótica, somente é dado ao julgador valorar aquilo que consta e instrui os autos para formar seu convencimento. **De modo diametralmente oposto**, o princípio da verdade material informa que o julgador tem o **poder-dever** de formar seu convencimento com todos os elementos que, de alguma maneira, possam influenciar sua decisão. Esse também é o ensinamento dos renomados juristas **Sérgio Ferraz** e **Adilson Dallari**<sup>2</sup>:

*“Em oposição ao princípio da verdade formal, inerente aos processos judiciais, no processo administrativo se impõe o princípio da verdade material. O significado deste princípio pode ser compreendido por comparação: no processo judicial habitualmente se tem entendido que aquilo que não consta dos autos não pode ser considerado pelo juiz (ao qual se reconhece, contudo, certa margem de liberdade na investigação da verdade e, mesmo, da produção de provas), cuja decisão fica adstrita às provas ali produzidas; no processo administrativo o julgador deve sempre buscar a verdade, ainda que para isso tenha que se valer de outros elementos além daqueles trazidos aos autos pelos interessados.*

*A autoridade administrativa competente para decidir não fica na dependência da iniciativa da parte ou das partes interessadas, nem está obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, trazido ou provado, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento.”*

<sup>2</sup> FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012, p. 133.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

43. Cumpre registrar, no entanto, que o art. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil – aplicável subsidiariamente ao processo administrativo brasileiro –, impõe o ônus da prova ao autor, quanto a fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

44. Entende-se, portanto, que **o respeito ao princípio da verdade material deve ser equilibrado com relação ao ônus da parte de comprovar tais fatos por ela alegados.**

45. Nada obstante, considerando terem sido os responsáveis devidamente notificados e que, **até o presente momento, quedaram-se silentes nos presentes autos**, este **Parquet** especializado, **à conta dos elementos constantes dos autos**, não vislumbra outra medida que não a sugerida pela Unidade Técnica, ou seja, a **decretação de revelia** dos responsáveis pelas irregularidades apuradas no feito em exame e o **devido prosseguimento do feito**, nos termos do § 3º do art. 13 da LC nº 1/1994, **in verbis**:

*“Art. 13.*

*(...)*

*§ 3º O responsável que não atender à citação ou à audiência será considerado revel pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.”*

46. Com efeito, impende, no presente momento, que este c. **Tribunal** considere **revéis** os Srs. Manuel Antas Fraga, Tomás Edson Uchoa Ária e André Faro Carballo.

47. Superado o exame atinente às justificativas apresentadas em atenção à r. Decisão nº 1.809/2016, fls. 379/380, o **MPC/DF** passa ao exame da repercussão das apurações levadas a efeito nos Processos nºs 4.027/2009 e 39.440/2009 no mérito das presentes contas.

48. Nessa esteira, é perfeitamente plausível a tese de que os Processos nºs 39.440/2009 e 4.027/2009 poderão repercutir no julgamento das presentes contas, notadamente em razão das irregularidades identificadas no Relatório de Inspeção nº 2.2009.13, bem como daquelas atinentes à subcontratação da sociedade empresária Intensicare Gestão em Saúde Ltda. para oferecimento de serviços de terapia intensiva no HRSM.

49. Quanto ao Processo nº 4.027/2009, conforme arrazou o Corpo Instrutivo, por meio da r. Decisão nº 2.390/2017, fl. 690, o e. **TCDF** determinou a avaliação da ressonância das irregularidades decorrente da celebração de contrato entre RSEB e a empresa Intensicare nas contas anuais da Real Sociedade Espanhola de beneficência relativas ao exercício de 2009, que são tratadas no feito em exame.

50. A propósito, como já exposto por esta **Quarta Procuradoria** no Parecer nº 296/2015-ML (Processo nº 4.027/2009) e no Parecer nº 1.008/2015-ML, fls. 334/351, exarado no feito em exame, este Órgão Ministerial entende oportuno esclarecer que o c. **TJDFT**, por meio do v. Acórdão nº 836.679, assim se manifestou acerca da ilegalidade do Contrato de Gestão nº 1/2009 celebrado entre o GDF e a RSEB:





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATO DE GESTÃO. ORGANIZAÇÃO SOCIAL. TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO INTEGRAL DO HOSPITAL DE SANTA MARIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 199, CF. PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR DE ENTIDADES PRIVADAS NO SUS. NULIDADE. SENTENÇA MANTIDA.*

*1. No âmbito do Sistema Único de Saúde, os serviços devem ser prestados diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, admitida a participação de instituições privadas de ‘forma complementar’, nos termos do art. 199, §1º, da Constituição Federal. 1.1 Para Alexandre de Moraes, em sua ciclópica obra Constituição do Brasil Interpretada, Atlas, 2006, pág. 2109, ‘A Constituição Federal refutou a estatização da Saúde no Brasil, consagrando-a como direito de todos e dever do Estado, porém, permitiu a autuação da iniciativa privada, inclusive, mediante lei complementar, no Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio’.*

*2. É nulo o contrato de gestão firmado pela Administração Pública e Organização Social (entidade privada) que tenha por objeto a transferência integral da administração e execução de atividades de saúde prestadas por um hospital público.*

*2.1. O regime de parceria é instrumento criado para que as organizações colaboradoras recebam incentivo para atuar ao lado do ente público, e não para substituí-lo.*

*3. Conforme escólio de Maria Sylvia Zanella Di Pietro ‘É importante realçar que a Constituição, no dispositivo citado, permite a participação de instituições privadas ‘de forma complementar’, o que afasta a possibilidade de que o contrato tenha por objeto o próprio serviço de saúde, como um todo, de tal modo que o particular assuma a gestão de determinado serviço. Não pode, por exemplo, o Poder Público transferir a uma instituição privada toda a administração e execução das atividades de saúde prestadas por um hospital público ou por um centro de saúde;’ (in Parcerias na Administração Pública, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011).*

*4. Caso concreto em que o DF, após construir o Hospital de Santa Maria inteiramente com recursos públicos, transferiu, mediante Contrato de Gestão nº 1/2009, a totalidade da administração e execução das atividades daquela unidade hospitalar à entidade privada, não em caráter complementar como manda a Constituição Federal, mas sim de forma principal, em clara afronta aos artigos 199, §1º, da CF e art. 4º, §2º e 24, da Lei 8.080/90.*

*5. Tem-se, portanto, que a utilização do Contrato de Gestão nº 01/2009, restou desvirtuada, tendo assumido, na prática, instrumento para a terceirização do serviço público de saúde no DF, o que se mostra inconcebível e inconstitucional.*

*6. Apelo e remessa oficial improvidos.” (20090110487134APO, 5ª Turma Cível, Rel. Des. João Egmont, DJe de 5/12/2014).*

51. Não obstante, consoante exposto pelo Corpo Técnico, as irregularidades derivadas do ajuste em destaque foram consignadas nos **subitens 13.1** (terceirização dos serviços de UTI sem previsão contratual), **13.2** (pendências nos serviços prestados pela Intensicare), **13.3** (especialidades necessárias para a UTI não foram contempladas no processo seletivo de pessoal) e **13.4** (especialidades médicas necessárias para o funcionamento da UTI que não lograram êxito na seleção pública de pessoal) do Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DISED/CONAS/CONT/STC, fls. 807/839, os quais **já integram a audiência** determinada pela r. Decisão nº 1.809/2016, que exsurge neste giro Processual.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

52. Portanto, cede-se que as irregularidades apontadas no Processo nº 4.027/2009 integram o escopo do presente feito, conforme determinado na r. Decisão nº 2.390/2017, fl. 690.

53. No que pertine ao Processo nº 39.440/2009, ainda em tramitação nesta c. **Corte de Contas**, este **MPC/DF** reconhece que, algumas vezes, quando uma apuração especial pode influenciar sobremaneira o julgamento de uma conta anual, em razão de envolver fato ocorrido no mesmo exercício de apuração, acrescentando fatos novos não vistos durante a apuração ordinária, faz-se **mister o sobrestamento dos processos de contas anuais** até o deslinde de eventual TCE, auditoria ou inspeção em andamento.

54. Todavia, na esteira do consignado pelo Corpo Instrutivo, o verificado na análise das contas de exercício de 2009, **per se**, ante a notoriedade e materialidade das irregularidades verificadas, é capaz de evocar o **julgamento irregular** das contas em exame, sem prejuízo da continuidade das apurações realizadas em outros procedimentos em tramitação nesta c. **Corte de Contas**. Desse modo, a par das irregularidades graves verificadas no exame das contas anuais da RSEB relativas ao exercício de 2009, poderá o c. **Plenário** dar andamento à apreciação dos presentes autos, não sendo necessário, aos olhos desta **Quarta Procuradoria**, o seu sobrestamento.

55. **Ex positis**, este **Ministério Público de Contas converge** com as conclusões emanadas da percuente Área Técnica na Informação nº 97/2017 – SEONT/2ª DICONTE, fls. 714/730, exceto no que pertine à exclusão do Sr. Basílio Nóvoa Lopez do rol de responsáveis. Conforme exposto alhures, **ausência de pressuposto necessário ao desenvolvimento válido e regular do processo**, evoca a **extinção do feito, sem resolução de mérito em relação ao responsável em destaque**, a teor do art. 485, IV, CPC de 2015, aplicável aos fatos, em consonância com a **teoria do isolamento dos atos processuais**.

É o Parecer.

Brasília, 6 de setembro de 2017.

**Márcia Farias**  
Procuradora